

Clipping da Infância e Juventude do TJPE – 29/08/2019

- [Curso forma 11,4 mil para prevenir casos de alienação parental](#)
- [Magistrados participam de curso sobre psicologia do testemunho](#)
- [Após recorde de inscritos, aulas preparam jovens da Funase para Supletivo, Encceja e Enem](#)
- [Adolescentes da Funase são certificados em curso do Senai no Sertão](#)
- [No Pará, ministros instituem Código de Conduta contra a exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo](#)

Assunto: Curso forma 11,4 mil para prevenir casos de alienação parental

Fonte: CNJ

Data: 29/08/2019



Na semana em que a Lei de Alienação Parental completa nove anos, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) comemora a marca de 11.436 pessoas formadas na Oficina de Pais e Mães, uma iniciativa para ensinar formas mais saudáveis de abordar a experiência da separação e evitar que o episódio não resulte em novos litígios judiciais. Os tribunais brasileiros registraram 3,8 mil processos de alienação parental no ano passado. Desde o advento da lei, em 2010, a Justiça pode aplicar sanções para pais ou mães que dificultarem o contato entre filhos e o outro genitor.

Condutas como desqualificar sistematicamente “a conduta do genitor no exercício da paternidade ou maternidade” ou se mudar para um local distante “sem justificativa, visando a dificultar a convivência da criança ou adolescente com o outro genitor, com familiares deste ou com avós” são passíveis de punições como multa, inversão da guarda e até a “suspensão da autoridade parental”, de acordo com a Lei 12.318.

Para evitar que esses conflitos sejam judicializados, o Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Judiciário (Ceajud) lançou em outubro de 2015 uma capacitação em que o processo de separação é abordado das perspectivas de pais e filhos. O curso à distância lança mão de materiais interativos, vídeos, textos, um fórum de discussão entre alunos e questionários avaliativos.

Tratamento de disputas

De acordo com a idealizadora do programa, a juíza da 2ª Vara de Família e Sucessões de São Vicente/SP, Vanessa Aufiero, o curso trata de sentimentos, mas também reduz a desinformação a respeito do tema da alienação parental. Muitos casais em disputa não sabem que uma rotina de acusações pode ser substituída por um convívio mais pacífico, por meio do instituto da guarda compartilhada. Na Comarca de São Vicente, cerca de 86% dos participantes do curso,

na modalidade presencial, abandonam o conflito e, encaminhados a audiências de mediação e conciliação, firmam acordos.

“Muitas pessoas não sabem o que é guarda compartilhada. Confundem com guarda alternada, que é algo que não existe no nosso ordenamento jurídico. Graças a novelas ou à TV, têm a interpretação de que vão ficar 15 dias com a criança e entregá-la aos cuidados do ex-companheiro pelos outros 15 dias seguintes. Alguns pensam que guarda compartilhada significa não mais pagar pensão alimentícia”, afirma.

Eficácia da lei

A importância da lei, segundo a magistrada, depende da eficácia na sua aplicação. “Eficácia na aplicação da lei é conjugar dispositivos legais para satisfazer a lei do pertencimento, pois é preciso entender que a família é uma relação de circularidade e interdependência entre pessoas, o que um faz afeta o outro. O foco é na visão sistêmica, na interação daquele sistema familiar. Não é possível ver uma pessoa isolada. Uma interpretação da lei pode gerar polarização e uma escalada do conflito. Qualquer lei pode ser desvirtuada se desconectada do valor ao qual está a serviço”, afirmou.

Contribuição

Além de ampliar o entendimento da sociedade sobre o tema, o curso tem alcançado importantes resultados em termos quantitativos. Dos 11 mil cidadãos que concluíram a versão à distância do curso, 99,15% dos participantes informaram que o curso os ajudou a importância de não envolver os filhos nos conflitos dos pais. Percentual semelhante – 94,23% – avaliaram que o curso os ajudou a cuidar melhor dos filhos.

Transição

De acordo com a juíza do Tribunal de Justiça de São Paulo e ex-conselheira do CNJ, Deborah Ciocci, a lei ajudou a conceituar uma prática que existia há muito tempo, quando família era um modelo tradicional e convencional de convívio. “De 2010 para cá, tivemos uma mudança social, notamos um maior compromisso parental. O afeto está mais presente nas relações familiares, e não só aquele determinado pelo biológico. A sociedade mudou muito. Hoje temos novas configurações de família, como mulheres mães de produção independente e casais homoafetivos”, disse.

Atuante na área do direito da família desde 2008, a juíza avalia que a aplicação da lei ainda sofre com a falta de profissionais capacitados nos quadros da Justiça para atuar em casos mais difíceis de alienação parental. “Faltam profissionais, em quantidade, não em qualificação. Com nossa estrutura atual, não há como fazer visita assistida como deveria ser, por exemplo. Não há como mandar uma equipe com assistente social e psicólogo à casa de um pai acusado de manter um ambiente sem segurança, sem rede na janela ou com muita sujeira, para confirmar a acusação”, disse a magistrada.

Presidente da Associação Brasileira pela Convivência Equilibrada e Combate à Alienação Parental, Leandro Nagliate, diz trabalhar pela divulgação da lei, cuja redação sofre questionamentos no Congresso Nacional. “A lei é extremamente importante para garantir convívio entre crianças, pais e mães. Em muitos casos, uma pessoa inventa mentiras contra a outra e conta com a impunidade. Talvez uma mudança necessária seja criminalizar a conduta de AP ou a falsa acusação”, disse Nagliate.

Assunto: Magistrados participam de curso sobre psicologia do testemunho

Fonte: Associação Brasileira dos Magistrados da Infância e da Juventude

Data: 29/08/2019



As aulas foram ministradas pelos professores Lilian Milnitsky Stein e William Weber Ceconello

Auxiliar o desempenho dos atores jurídicos na obtenção de depoimento confiável das vítimas. Esse foi o intuito do curso “Contribuições da Psicologia do Testemunho na Prática Jurisdicional”, realizado na sede da Universidade Corporativa (Unicorp) do Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA) na quinta (15) e sexta-feira (16).

A ação educativa foi promovida pela Coordenadoria da Infância e Juventude (CIJ), que tem à frente a Desembargadora Soraya Moradillo, em parceria com a Unicorp, unidade coordenada pela Juíza Assessora Especial da Presidência II – Assuntos Institucionais.

As aulas foram conduzidas pelos Formadores Lilian Milnitsky Stein e William Weber Ceconello. A Docente é Ph.D em psicologia cognitiva, Doutora em Psicologia, Mestre em psicologia cognitiva aplicada e Pós-graduada em Psicologia. Já o Professor, é Doutorando e Mestre em psicologia, com ênfase em cognição humana. Além disso, desenvolve pesquisas e ministra treinamentos na área de psicologia do testemunho.

Direcionado a Magistrados, preferencialmente, das Varas Especializadas da Infância e Juventude, a Defensores Públicos, Promotores de Justiça e Delegados de Polícia, o curso visou possibilitar o debate e aperfeiçoamento do tema, a partir de técnicas fundamentais da ciência, denominada de psicologia do testemunho.

“O importante é chegar o mais próximo do que as pessoas vivenciaram e como as situações, da maneira mais fiel possível, podem ser resgatadas”, explicou a Facilitadora Lilian Stein.

Na ocasião, foram trabalhados transcurso do tempo, a forma como as perguntas devem ser feitas às vítimas e a coleta de depoimento especial, que envolve crianças e adolescentes. De acordo com Lilian, as aulas foram desempenhadas de maneira teórica e prática, resultando na troca enriquecedora de conhecimento. “Turma excelente e participativa”, pontuou.

O professor William Ceconello elogiou a iniciativa da Unicorp e demonstrou satisfação em ter a oportunidade de ministrar as aulas, pois, segundo o docente, a busca é contínua pela atualização do comportamento humano.

Assunto: Após recorde de inscritos, aulões preparam jovens da Funase para Supletivo, Encceja e Enem

Fonte: Governo do Estado de PE

Data: 29/08/2019



Adolescentes da Fundação de Atendimento Socioeducativo (Funase) estão reforçando a carga horária de estudos em busca de bons resultados em três avaliações certificadoras que se aproximam. Os alunos estão participando de aulões preparatórios promovidos pela Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco (SEE) nas escolas existentes em 11 unidades socioeducativas. O foco é o Supletivo, aplicado pela SEE e que teve recorde de socioeducandos inscritos, além do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja) e do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), do Ministério da Educação (MEC).

Pessoas privadas de liberdade (PPL) farão essas três avaliações em datas distintas das marcadas para o público em geral. O Supletivo, por exemplo, será realizado no dia 7 de outubro, e o Encceja PPL, logo depois, em 8 e 9 de outubro. Ambos são direcionados a jovens e adultos que não concluíram os estudos na idade adequada e que devem ter a partir de 15 anos, para certificação no Ensino Fundamental, e 18 anos, para o Ensino Médio. Já as provas do Enem PPL serão aplicadas nos dias 10 e 11 de dezembro e são a porta de entrada para várias universidades públicas e privadas do país, inclusive as federais de Pernambuco.

Em 2019, a expectativa de participação de jovens da Funase nessas avaliações é a mais alta dos últimos anos. Só no Supletivo, foram inscritos 904 socioeducandos, número 49,4% maior que o registrado em 2018, quando 605 alunos do sistema socioeducativo estiveram entre os avaliados. Na mesma direção, o Encceja PPL 2019 teve 507 inscritos em atendimento pela Funase, ante 427, na edição passada. Já as inscrições no Enem PPL ainda acontecerão em setembro, conforme edital divulgado pelo MEC nesta semana. Além dos adolescentes em internação, os que estão nas Casas de Semiliberdade também poderão participar das provas.

“Nunca tivemos tantos estudantes inscritos nas avaliações externas como neste ano. Por isso, reforçamos o número de preparatórios, levando-os para todas as unidades de internação, que contam com estruturas anexas de escolas da rede pública estadual. Atribuímos esse aumento do número de inscrições a um esforço conjunto, a um trabalho da Funase, que mobilizou os estudantes e mostrou a importância de eles fazerem essas provas para avançarem nos estudos. Temos percebido um interesse muito grande dos próprios alunos”, afirma o chefe de unidade de Educação no Sistema Socioeducativo da SEE, Hugo Regis.

Os aulões preparatórios ocorrem no contraturno, de forma a não prejudicar as aulas regulares ou outras atividades obrigatórias. “Na Funase, os socioeducandos têm aulas normalmente dentro das escolas existentes nas unidades socioeducativas, no caso da internação, ou em escolas de referência das comunidades, no caso da semiliberdade. Há um grande esforço para diminuir distorções de série em relação à idade desses adolescentes. O sucesso deles nas provas

de certificação é importante para que possam avançar na trajetória da educação formal”, complementa a coordenadora do Eixo Educação da Funase, Sônia Melo.

Assunto: Adolescentes da Funase são certificados em curso do Senai no Sertão

Fonte: Governo do Estado de PE

Data: 29/08/2019



A Fundação de Atendimento Socioeducativo (Funase) continua atuando para inserir socioeducandos em cursos profissionalizantes. Nesta semana, 11 adolescentes do Case/Cenip Arcoverde, no Sertão do Estado, foram certificados no curso de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão. A formação foi viabilizada graças a uma parceria entre a instituição e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial em Pernambuco (Senai-PE). Com a duração de dois meses, o curso teve uma carga horária de 200 horas/aula.

Os encontros foram realizados de segunda a sexta-feira, em duas turmas, dentro da unidade socioeducativa. Ferramentas e equipamentos, eletrodutos, condutores, tomadas, medidores de energia, disjuntores e motobombas foram temáticas abordadas em sala de aula. Com a conclusão do curso, os alunos podem atuar em indústrias, construtoras, concessionárias de energia elétrica, prestadoras de serviço de assistência técnica, empresas de projetos de equipamentos ou mesmo como autônomos.

“O curso teve uma grande importância para nossos jovens, pois foi criada uma oportunidade de inserção no mercado de trabalho. Notamos o interesse do grupo que participou e a alegria dos alunos que concluíram, todos com grande expectativa em cumprir a medida socioeducativa e conseguir um emprego”, ressaltou a coordenadora geral do Case/Cenip Arcoverde, Paula Cibele.

Para o coordenador do Eixo Profissionalização, Esporte, Cultura e Lazer da Funase, Normando de Albuquerque, que esteve presente na cerimônia de certificação, o término do curso garante aos alunos o início de um futuro profissional promissor. “O curso ofertado tem uma alta trabalhabilidade e essa mensagem foi levada para cada um deles pelas equipes que os acompanham”, disse.

CONSTRUÇÃO CIVIL – A parceria entre a Funase e o Senai também garantiu aos jovens do Case/Cenip Garanhuns, no Agreste do Estado, formação profissional. Nesta semana, 36 jovens da unidade encerraram o curso de Aplicação de Revestimento Cerâmico. A última aula contou com a presença do juiz da Vara Regional da Infância e Juventude do município, Maurício Gusmão.

Assunto: No Pará, ministros instituem Código de Conduta contra a exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo

Fonte: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

Data: 29/08/2019

Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

A ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, e o ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio, assinaram nesta segunda-feira (26) Portaria Interministerial que institui Código de Conduta para o enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo. A solenidade foi realizada em Belém/PA.

“Venham conhecer este estado e as maravilhas dele, mas não venham pegar crianças e adolescentes. Já deixo o aviso para os agressores e abusadores – o Governo Federal e este povo do Pará não aceitam isso. Vamos desenvolver o turismo cuidando da nossa gente”, afirmou Damares.

Casa da Mulher

Na ocasião, os ministros assinaram ainda, junto à Marinha do Brasil, um protocolo de intenções sobre a implementação da Casa Itinerante da Mulher Brasileira, a ser instalada no Navio Auxiliar Pará. O local visa ser um centro de atendimento humanizado e especializado no atendimento à mulher em situação de violência doméstica.

Histórico

Os representantes do Governo Federal cumprem agenda no Pará há dois dias. Neste domingo (25), eles visitaram as cidades de Breves e Soure, no arquipélago do Marajó, norte do Pará, para o início de estudos sobre o potencial turístico da região. Na agenda, encontros com prefeitos e visita a atrações naturais e culturais.

É a segunda passagem da ministra na região no último mês e meio. Na última visita, em 12 de julho, Damares Alves lançou o projeto “Abraço o Marajó”, que nasceu para o enfrentamento à violência sexual e foi ampliado para a realização de ações pelo desenvolvimento territorial.

“Temos aqui uma cultura rica e que precisa ser conhecida, não somente pelo restante do país, como por todo o mundo. E queremos que essa região se desenvolva, o povo tenha acesso a emprego, à informação, à presença do Estado. Dessa forma, podemos ampliar nossas ações para proteger mulheres, crianças e outros grupos vulneráveis”, disse a ministra.

O ministro Marcelo Álvaro Antônio destacou o encantamento que teve quando sobrevoou a região em seu deslocamento até a cidade. “Aqui tem uma vocação turística das mais belas do Brasil. O turismo de natureza, o ecoturismo, de pesca esportiva são os que mais devem crescer nos próximos dez anos e precisamos ter uma atenção especial com Marajó”, enfatizou.